



ARTIGO EDITORIAL

NORMA/DESVIO E SAÚDE INTEGRAL DO HOMEM: MASCULINIDADES, CULTURA E ADOECIMENTO

Rafael Ademir Oliveira de Andrade¹

1. Sociólogo, Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

EDITORIAL

A compreensão da masculinidade como um campo de disputas simbólicas e normativas exige deslocar o olhar da essência dos comportamentos para os mecanismos sociais que os qualificam, a ideia é entendermos como os comportamentos aceitos por grupos sociais permeiam os sujeitos e especificamente neste texto, como tais comportamentos impactam na saúde dos homens na contemporaneidade. De certo, tal generalização extrapola até mesmo certa instrumentalização de alinhavos teóricos de uma clássica Sociologia Filosófica de Comte, Saint-Simon ou outros autores clássicos (Aron, 1992), mas com a finalidade de fincar um pé neste subcampo das Ciências da Saúde e sua intersecção com o campo das Ciências Sociais, iremos adotar tal postura epistemo-hermenêutica. Assim sendo, o objetivo deste texto é relacionar a noção de norma/desvio de Becker (2008) com o de masculinidade hegemônica de Bourdieu (1999) e de saúde integral de Ayres (2009) e Haraway (2021).

Ricardo Ayres (2009) e Donna Haraway (2021) convergem ao propor concepções ampliadas de cuidado que rompem com visões biomédicas reducionistas - da relação saúde/doença enquanto algo inerente puramente ao aparato biológico (corpo-corpo/mente sendo está um resultante do primeiro). Para Ayres (2009), a integralidade se fundamenta na compreensão do cuidado como uma prática relacional, ética e contextual, que articula técnica, sentido e projeto de vida dos sujeitos. Haraway, por sua vez, desloca o foco para a inseparabilidade entre corpos, tecnologias e ecologias,

defendendo que viver bem implica reconhecer interdependências e produzir modos de existência cooperativos. Juntos, oferecem uma perspectiva em que saúde deixa de ser atributo individual e passa a ser resultado de redes de relações, significados e materialidades que se co-produzem continuamente.

Neste contexto de relação social-corporal, a própria noção de que certos modos de ser homem são legítimos, enquanto outros são tratados como inadequados, deriva de processos de classificação sustentados por relações de poder que vão impactar na saúde integral dos homens no mundo contemporâneo. A masculinidade não existe isolada: ela é produzida como referência normativa ao mesmo tempo em que estabelece seus próprios desvios, configurando um sistema que distingue, hierarquiza e sanciona condutas, corpos e afetos. Sabe aquela ideia difundida coletivamente de que “homens não se cuidam”? Ela é fruto de uma forma de compartilhar a vida que chamamos neste texto de masculinidade hegemônica, marcada pela dominação masculina (Bourdieu, 1999).

Pierre Bourdieu (1999) oferece uma chave fundamental para compreender esse processo ao analisar a dominação masculina como algo que se infiltra nas percepções, nos gestos, no corpo. O poder opera menos pela coerção direta e mais pela produção de esquemas incorporados que fazem a desigualdade parecer natural - a forma como as pessoas lidam com seus corpos e com o corpo do outro é . Para o autor, a força simbólica das normas masculinas está justamente na capacidade de serem vividas como evidências, não como imposições. Assim, a violência simbólica que sustenta a masculinidade hegemônica é continuamente reafirmada pelos próprios sujeitos, que incorporam suas expectativas e limites.

Entretanto, é com Howard Becker (2008) que se torna possível localizar o mecanismo central que permite à masculinidade funcionar como norma: o processo de rotulação. Para Becker, comportamentos não nascem desviantes; tornam-se desviantes quando são definidos e nomeados assim por grupos que detêm autoridade normativa. A famosa formulação do autor — de que o desvio não é uma qualidade do ato, mas um efeito da reação social — permite ver como certas expressões de gênero passam a ser percebidas como inadequadas não por sua substância, mas por quem as interpreta, julga e sanciona.

É nesse ponto que a masculinidade hegemônica se revela: ela cria seus próprios limites ao decidir o que se entende como "homem de verdade". A heterossexualidade compulsória, a agressividade, o domínio corporal, o desempenho sexual, o controle emocional e a força física constituem um ideal que se coloca como universal, embora seja profundamente histórico e situado. Ao mesmo tempo, tudo aquilo que escapa dessa moldura: homens sensíveis, gays, pobres, racializados, com “baixa performance”, ou simplesmente pouco aderentes ao script viril, tende a ser nomeado como falha ou desvio (Becker, 2008).

A lógica da rotulação, entretanto, produz mais que classificações: produz punições que impactam nos outros homens, nos próprios e em mulheres/outros gêneros-sexualidades, essas punições assumem formas múltiplas. A violência contra mulheres, como no caso emblemático do homem que desfere dezenas de socos no elevador, da mulher arremessada, da indígena colocada na cela com homens, dentre muitos outros recorrentes exemplos - todos esses são exemplos da forma adoecida que os homens historicamente tratam as mulheres e vamos além disso: há um benefício social de causar violência e dominação contra as mulheres/outros gêneros-sexualidades, é assim que os homens tem mantido sua hegemonia de acesso ao poder. A questão aqui é: homens que buscam não seguir tal rotulação/prática violenta são excluídos do campo masculino (Bourdieu, 1999).

Outro aspecto da normativa masculinista e seu impacto na sociedade é o próprio sofrimento masculino expresso nas altas taxas de suicídio; ou a violência entre homens no sistema prisional, como estupros coletivos, funcionam como mecanismos de correção. Em todos esses casos, o corpo masculino é cobrado a recuperar uma masculinidade perdida, cuja falta é atribuída a ações individuais ou à incapacidade de cumprir expectativas normativas.

Ao considerar que o desvio só existe quando alguém tem poder para defini-lo, torna-se evidente que a masculinidade é um produto de relações sociais atravessadas por assimetrias. As normas que determinam o aceitável não são neutras: derivam de instituições, grupos religiosos, estruturas econômicas, moralidades específicas e disputas que atravessam o capitalismo ocidental. Engels (2019) já havia apontado que o controle da sexualidade e da reprodução constituía base material para a manutenção da família patriarcal e, com isso, do próprio sistema econômico. Hoje, essas bases se reatualizam em novas tecnologias de controle: discursos morais, prescrições sobre o corpo masculino, performance sexual reforçada por anabolizantes e agentes exógenos, e, mais recentemente, a circulação massiva de padrões de masculinidade na internet.

Esse cenário revela que a norma masculina não é estável. Ao contrário: suas fronteiras se deslocam na medida em que movimentos sociais, especialmente o feminismo, questionam comportamentos antes naturalizados. A chamada “masculinidade tóxica”, atualmente criticada, não surgiu como desvio; era a norma. Tornou-se desviante apenas quando novos olhares passaram a denunciá-la como problemática. O desvio, portanto, carrega em si uma instabilidade estrutural: muda conforme mudam as forças sociais que definem o que deve ser normalizado. Ao articular Becker e Bourdieu, é possível compreender a masculinidade como um dispositivo de poder que só se sustenta porque produz seus próprios desvios, eles não são acidentes, mas elementos constitutivos do sistema. A norma se revela precisamente quando tenta se diferenciar do que exclui. E, nesse movimento, abre-se a possibilidade de pensar outras formas de existir, menos submetidas às exigências rígidas e historicamente impostas do que se convencionou chamar de “ser homem”.

Desta forma, devemos pensar como tais questões de como a masculinidade é colocada impactam diretamente no que chamamos de saúde integral (Ayres, 2009; Haraway, 2021): ao deslocarmos a função social do homem para o desempenho e estratificamos os sujeitos entre mais ou menos homens, produzimos uma competição interna no grupo que, como pressupomos, não há vencedores em larga escala, apenas os com melhor posição no ranking (os mais ricos, poderosos) que por sua vez são usados de exemplos mesmo quando exploram mulheres/outros gêneros, sexualidades. Estes que estão no centro do campo masculino terão sua saúde mais ou menos preservada, já os demais estarão se matando/matando outras/os para acumular mais poder simbólico (Bourdieu, 1999).

Outra masculinidade é necessária, pensar outra relação com a saúde e o cuidado de si é necessário. Para isto é fundamental que rompamos com esta forma hegemônica de compor o que é ser homem e neste contexto, campanhas mensais não são o suficiente: é preciso ir para as escolas, ampliar as políticas públicas de educação em saúde e deixar de pensar pessoas enquanto corpos biológicos apenas, somos seres culturais e é esta cultura que nos dá poder para matar o outro ou deixar de cuidar da nossa saúde, causando danos sequenciais a sociedade como um todo. Outro mundo, outra masculinidade, outros parâmetros.

REFERÊNCIAS

1. ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
2. AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC; IMS/UERJ; ABRASCO, 2009.
3. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
4. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de Lewis H. Morgan**. São Paulo: Boitempo, 2019. Volume da coleção Marx-Engels. Tradução de Nélcio Schneider.
5. HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.